



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 614/2023–G4P/ML

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00006452/2022-41-e

EMENTA: 1. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. PETIÇÃO ACERCA DE POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO DAS DECISÕES NºS 4.792/2021 E 165/2022 POR PARTE DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. MANIFESTAÇÃO DESFAVORÁVEL À MITIGAÇÃO DA CLÁUSULA DE BARREIRA NO CONCURSO PARA PERITO CRIMINAL DA PCDF. EDITAL Nº 1/2016. **DECISÃO Nº 3.369/2022.** CONHECIMENTO DA PETIÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO. ORIENTAÇÃO E DETERMINAÇÃO DO TCDF À PCDF E ESCLARECIMENTOS AO SIGNATÁRIO QUANTO À MATÉRIA. MANIFESTAÇÃO DO DELEGADO-GERAL DA PCDF. CIÊNCIA DA RECOMENDAÇÃO Nº 6/2022-PRODEP DO MPDFT. **DECISÃO Nº 5.152/2022. NÃO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. REITERAÇÃO À PCDF. APRESENTAÇÃO DE NOVA MANIFESTAÇÃO DA PCDF. DECISÃO Nº 1.585/2023. CUMPRIMENTO PARCIAL DA DEMANDA. DETERMINAÇÃO À CORPORAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS. NESTA FASE: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 1.585/2023.**

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE CONSIDERAR **CUMPRIDAS** AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA DECISÃO Nº 1.585/2023 E O **ARQUIVAMENTO DO FEITO.**

3. ENTENDIMENTO **CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Os presentes autos abrigam petição encaminhada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, a fim de apresentar “Reclamação” (peça nº 4) sobre possível descumprimento das Decisões nºs 4.792/2021 e 165/2022 por parte da d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, ao se manifestar de forma desfavorável à mitigação da cláusula de barreira no Concurso para Perito Criminal da Polícia Civil do DF, objeto do Edital nº 1/2016, mediante Parecer Jurídico nº 284/2022 PGDF/PGCONS/CHEFIA, assinado em 23/5/2022 (peça nº 1).

2. Por considerar que a Unidade Técnica resumiu adequadamente o teor da documentação encaminhada pela CLDF, reproduz-se abaixo a síntese feita na Informação nº 110/2022-DIFIPE3 (peça nº 7):

“2. A CLDF, de início, assevera que é pacífica a jurisprudência nos Tribunais de Contas sobre o princípio da formalidade mitigada e, por esse motivo, objetiva provocar o TCDF a se manifestar ‘a fim de evitar decisões conflituosas e também, ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*mesmo passo, **garantir a segurança jurídica aos jurisdicionados, que não pode e não deve ficar à deriva nas decisões administrativas dos órgãos públicos da capital**.*

3. Ainda como fundamento da petição, transcreve o artigo 78, XIV, da LODF e afirma que **‘a Procuradoria do Distrito Federal não escapa também ao controle administrativo e correicional do Tribunal de Contas do Distrito Federal, como qualquer outro órgão ou entidade pertencente à estrutura administrativa do Governo local’**

4. Após essa introdução, reporta-se ao caso concreto que diz respeito à **Decisão nº 4792/2021**, proferida no Processo nº 00600-00010814/2021-17, cujo objeto era a **Representação formulada pela CLDF sobre suposta irregularidade na inserção de norma restritiva (cláusula de barreira) no Edital n.º 1/2016**, que cuidou do Concurso Público para o cargo de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal.

5. Rememora que o TCDF, naqueles autos, considerou **‘regular a flexibilização da cláusula de barreira, desde que verificadas as disponibilidades financeira e orçamentária, o interesse da instituição e suas reais e prementes necessidades’** para, em seguida, assegurar que **‘O entendimento da nobre Procuradoria é diametralmente oposto ao do Tribunal’**.

6. A fim de demonstrar o alegado, oferece as seguintes considerações:

‘Inverossímil, mas o referido órgão jurídico do Distrito Federal, dias após o Tribunal de forma unânime formar jurisprudência, exarou manifestação conclusiva no parecer nº 284/2022 totalmente dissonante da referida decisão, no sentido de não se recomendar a convocação dos candidatos remanescentes do Concurso Público nº 01/2016 de Perito Criminal/PCDF, ou seja, negar aplicação às Decisões nº 4792/2021 e 165/2022 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

No nosso sentir, salvo melhor juízo, não pode um jurisdicionado se tornar um revisor das decisões do Tribunal de Contas. Na realidade, o controlador externo está tendo as suas decisões mitigadas pelo controlado, numa total subversão de valores, desrespeito institucional e contra os valores mezinhos contidos na atual Constituição da República.

Insta consignar, ainda, por relevante, que nos Editais da Polícia Militar do Distrito Federal em situações absolutamente idênticas a essa, o Comando da Polícia Militar obedeceu - rigorosamente - às decisões dessa Corte de Contas, afastando do concurso a cláusula de barreira’.

7. Ato contínuo, sustenta que o **‘TCDF, em diversos outros concursos públicos, vem firmando jurisprudência no sentido de afastar a cláusula de barreira constante nos editais’** e cita, como exemplo, a **Decisão nº 2273/2021**, proferida no Processo nº 3980/2019, ao tratar do Edital nº 21/2018 da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

8. Acrescenta que, em âmbito federal, o **Decreto nº 11082**, de 25 de maio de 2022, autorizou a **‘nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previstas no concurso público. Ou seja, candidatos que sequer foram classificados e em situação jurídica muito pior que a dos Peritos da Polícia Civil’**.

9. Por último, garante que **‘diferentemente da manifestação inserida no parecer da Procuradoria do DF, é pacífico tanto na doutrina como na jurisprudência que a Polícia Civil do Distrito federal é uma instituição sui generis, por viger em seu funcionamento tanto as normas federais como as distritais’**.

10. Nessas condições, pondera que **‘a fim de resguardar a segurança jurídica, em nome do princípio da igualdade previsto na atual Constituição Federal e com base no**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

referido Parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que cita em diversas passagens a Lei nº 6.488/20', faz os seguintes questionamentos à Corte:

- '1. A flexibilização poderá existir mesmo havendo a modulação dos efeitos dessa lei para fins de cláusula de barreira?*
 - 2. A Lei nº 6.166/18, que está em vigência, só pode ser utilizada se não houver cláusula de barreira?*
 - 3. É possível adotar as disciplinas e regras contidas no Decreto nº 6.944/2009, revogado Decreto nº 9.739/19, mesmo não fazendo menção expressa no preâmbulo do Edital do concurso?*
 - 4. Existindo conflito hermenêutico entre as instituições, a quem o jurisdicionado deve obediência: à decisão unânime do Tribunal de Contas do Distrito Federal ou ao parecer da Procuradoria?*
 - 5. Deve a Polícia Civil do Distrito Federal obedecer às decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal ou ao parecer da Procuradoria do DF?'*
- 11. O referido Parecer Jurídico nº 284/2022 PGDF/PGCONS/CHEFIA, do Gabinete dos Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral do Consultivo vinculado à PGDF, assinado em 23/05/2022, foi juntado como peça 1.*
- 12. Torna-se oportuno transcrever o Relatório, para melhor compreensão do contexto no qual a consulta fora formulada àquele órgão consultivo:*
- '1. Examina-se, nesta oportunidade, controvérsia suscitada em torno da possibilidade jurídica de se proceder à flexibilização da cláusula de barreira estabelecida no item 20.4 do Edital nº 01/2016-PCDF, regente sobre o concurso realizado para provimento de cargos de Perito Criminal da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, com o objetivo de autorizar a convocação de candidatos eliminados na primeira etapa do certame, por estarem fora do número de vagas e cadastro de reserva, para participar de um novo Curso de Formação Profissional – CFP.*
 - 2. A temática veio à lume no contexto do cumprimento da Ordem de Serviço nº 03/2022(81461033), expedida pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, que requisitou informações à Escola Superior de Polícia – ESPC/PCDF acerca da 'possibilidade de retificar os editais dos concursos públicos para provimento de vagas e de cadastro de reservas nos cargos que integram as Carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, que estão em andamento, visando retirar a condição de eliminados dos candidatos aprovados em todas as fases da primeira etapa, mas que não foram convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional - CFP, bem como não replicar a referida regra nos próximos certames, tendo em vista o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF quanto à flexibilização da cláusula de barreira e a decisão monocrática do STF que considerou constitucional a Lei Distrital nº 6.488, de 14 de janeiro de 2020'.*
 - 3. A Escola Superior posicionou-se de forma não-convergente com a retificação do Edital nº 01/2016-PCDF, sob o argumento de que se tratava de um concurso encerrado com resultado final homologado, oportunidade em que ainda recomendou a manutenção das cláusulas de barreira nos editais futuros e o encaminhamento de consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal Manifestação 6066 (82343742)*
 - 4. Em sentido oposto, a Assessoria Técnica da Delegacia-Geral concluiu pela viabilidade jurídica da flexibilização da cláusula de barreira, com a consequente convocação dos candidatos eliminados por excederem ao número de vagas para o curso de formação profissional, nos termos do item 20.4 do Edital nº 1/2016. Todavia, sugeriu o envio dos autos à PGDF, uma vez que o Tribunal de Contas do*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Distrito Federal, embora instado, não dirimiu as dívidas da Corporação. -. Nota Técnica 52 (85144437).

*5. Acolhida a Nota Técnica 52/2022-PCDF/DGP/ASS, os autos foram encaminhados a esta Casa para análise e manifestação jurídico-formal nos termos do art.38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e para avaliação de conformidade dos argumentos adotados pela Assessoria da Delegacia Geral para convocação dos candidatos considerados eliminados para realização do curso de formação profissional. Ofício 395 (85210958)'.
13. Em seguida, intitula um tópico como 'II.1 - Flexibilização da Cláusula de Barreira - Lei 6.488/2020 - Marco Temporal - Aplicação Prejudicada' e esclarece que a discussão está relacionada ao Edital nº 01/2016-PCDF, com apresentação do histórico do certame que foi homologado em 2019 e prazo de validade, segundo a PGDF, ainda em vigor, haja vista a publicação da Lei nº 6662/2021.*

14. Adiciona que, por conseguinte, a PCDF pretende 'avaliar a possibilidade de convocação de candidatos excedentes ao número de vagas estipuladas para o cadastro de reserva, mediante a flexibilização da cláusula de barreira final estabelecida nos itens 20.3 e 20.4 do Edital. E o faz com fundamento no entendimento revelado pelo TCDF (Decisões/TCDF 4792/2021 e 165/2022) e na Decisão Monocrática do STF proferida no Recurso Extraordinário nº 1.330.817, que, segundo expresso na Ordem de Serviço nº 03/2022(81461033), 'considerou constitucional a Lei Distrital nº 6.488, de 14 de janeiro de 2020'.

*15. Tendo em conta a intenção da Corporação, a PGDF atesta que a matéria já foi objeto de consulta por diversas ocasiões àquele órgão 'a cada alteração legislativa editada com propósitos de convocação de candidatos excedentes, eliminados por cláusula de barreira'.
16. A partir dessa afirmação, elenca as manifestações que tiveram início em 2017, Parecer nº 481/2017-PRCON/PGDF, em virtude da publicação da Lei nº 5450/2015, e relacionada ao mesmo Edital nº 01/2016-PCDF, onde 'se manifestou no sentido da inviabilidade jurídica da convocação de candidatos excedentes ao número de vagas estipuladas no edital, sob o argumento da quebra da eficácia vinculante do ato convocatório'.*

17. Aponta que a seguinte foi em 2019, Parecer nº 131/2019- PRCON/PGDF, sobre o concurso para provimento de Cargos da Carreira Atividades Penitenciárias, e no mesmo sentido 'da impossibilidade de acolhimento da flexibilização da cláusula de barreira com fundamento no §4º do art.1º da Lei no 6.166/2018, porquanto dirigido apenas aos certames cujos editais não estipulem cláusulas de barreira'.

18. Cita a edição da Lei nº 6488/2020, 'que mitigou a utilização de cláusula de barreira final nos concursos públicos distritais e conferiu efeito retroativo à inovação restritiva', transcrevendo-a, e explica que essa norma motivou nova manifestação, conforme Parecer nº 202/2020-PGCONS/PGDF, no sentido de dar 'uma interpretação restritiva para preservar atos blindados à retroatividade e recomendou a adoção de parâmetros de aplicação.'

19. Lembra que o TJDF 'declarou a inconstitucionalidade formal e material da Lei nº 6.488/2020, com efeitos ex tunc e erga omnes' e traz a ementa da decisão.

20. Menciona que contra essa decisão foi manejado Recurso Extraordinário (RE), pela Mesa da Câmara Legislativa e pelo Governador do Distrito Federal, parcialmente provido por decisão monocrática 'que restabeleceu a validade constitucional do art.1º da Lei 6.488/2020 e, por conseguinte, a eficácia da redação conferida ao art.16-A da Lei nº 4.949/2012, que prevê a impossibilidade de eliminação de candidatos classificados fora das vagas inicialmente previstas para os concursos públicos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

realizados no âmbito da Administração distrital. No entanto, em relação à retroatividade prevista no art. 2º da lei distrital, manteve o lastro de inconstitucionalidade apontado no acórdão da ADI, restringindo o alcance da norma somente a certames cujo edital não disponha de forma diversa, numa leitura convergente com a jurisprudência do próprio STF, firmada no sentido de que ‘após a publicação de edital e durante a realização do certame, a alteração das regras do processo seletivo só pode ser concebida se houver modificação na legislação que disciplina a carreira pública que é objeto do concurso’. (sublinhou-se)

21. A respeito dessa deliberação, pondera:

‘16. Com efeito, a interpretação conferida pela decisão da Corte Suprema pode atrair dificuldades de compreensão, uma vez que o entendimento revelado esvazia o sentido da norma e impossibilita o propósito da flexibilização de cláusula de barreira constante de editais publicados em data anterior à edição da Lei nº 6.488/2020. Para afastar tal incongruência foi interposto o Agravo Regimental, que ainda não foi julgado.

17. Portanto, neste momento, o art.2º da Lei nº 6.488/2020 tem contra si a inconstitucionalidade declarada tanto pelo TJDF, como no âmbito do STF, pelo menos até que se julgue o agravo interno do Distrito Federal. Isto significa dizer que se o edital do concurso traz cláusula de barreira e é anterior à data de edição da Lei nº 6.488/2020 (17/01/2020), o candidato eliminado sem classificação não pode ser convocado para participar do curso de formação profissional. Ou seja, a estratégia de flexibilização de cláusula de barreira não pode ser adotada em relação a editais publicados anteriormente à inovação legislativa’.

22. A partir desses dados, enfatiza que o Edital nº 01/2016-PCDF foi publicado em 08/03/2016 com cláusula de barreira final, nos termos dos itens 20.3 e 20.4, e conclui: ‘19. Assim, no caso concreto e neste momento, remanesce o óbice jurídico à convocação de candidatos eliminados sem classificação do referido concurso por força de cláusula de barreira, não sendo oportuna, nem recomendável, a adoção de procedimentos alusivos à contratação dos serviços para realização do curso de formação profissional respectivo’.

23. O outro tópico desenvolvido no opinativo denominado ‘II.2 – Exame da Proposição de Contratação Direta do IADES – Curso de Formação Profissional’ não abarca assunto que interesse ao desiderato do presente feito e, por consequência, não será abordado.

24. A título de Conclusão, a parecerista consigna:

‘(i) a menos que seja alterada a Decisão Monocrática/STF proferida no Recurso Extraordinário nº 1.330.817 –DF, remanesce o óbice jurídico à flexibilização de cláusulas de barreira constantes de editais de concursos publicados em data anterior à vigência da Lei nº 6.488/2020 (17/01/2020).

(ii) nesse cenário, não se recomenda a convocação dos candidatos remanescentes do Concurso Público nº 01/2016 de Perito Criminal/PCDF (regido por edital publicado em 08/03/2016), que tenham sido excluídos do certame sob a condição de ‘eliminados sem classificação’, por força da cláusula de barreira estabelecida no item 20.4.

(iii) de toda sorte, atentos ao caráter não vinculante do presente opinativo e à possibilidade de a autoridade não acolher a orientação acautelatória ora externada, registra-se, em relação aos propósitos revelados de celebração do ajuste direto, recomendação no sentido que seja adotada, como fundamento, a hipótese de dispensa no art.24, XIII, da Lei nº 8.666/93 e instruídos os autos de forma devida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(iv) resulta, porém, prejudicado o exame jurídico-formal para os fins determinados no parágrafo único do art.38 da Lei nº 8.666/93, ante a ausência de elementos e informações básicas concernentes ao procedimento de contratação direta' (sublinhou-se)

25. Essa manifestação conta com a **aquiescência da Procuradora-Chefe**, que ressalta: **'...ainda que os precedentes do e. Tribunal de Contas não estejam fundamentados na novel Lei n. 6.488/2020, ou seja, ainda que no entendimento do e. Tribunal não haja correlação direta entre os assuntos, cumpre ressaltar que a Decisão TCDF n. 165/2022 está datada de 09/02/2022 e a Decisão Monocrática do Min. Edson Fachin que manteve a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 6.488/2020 foi publicada posteriormente, em 16/02/2022. Ademais, s.m.j., a 'flexibilização' da cláusula de barreira dependeria ainda do cumprimento do Decreto n. 40.467/2020, Portaria n. 41/2020 e da Lei Federal n. 12.803/2013'**. (sublinhou-se)

26. No mais, oferece as seguintes considerações:

'Lembro que não cabe a essa Casa sindicar a legalidade de atos já praticados nesse Concurso ou em Concursos anteriores homologados e findos, cuja competência institucional é afeta a outros órgãos, a exemplo do Tribunal de Contas e da Corregedoria. Além disso, uma tal investigação transformaria cada consulta jurídica em auditoria, inviabilizando a impressão de um ritmo minimamente razoável à atuação da Administração.

Por outro lado, ressalta-se que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, a quem cabe apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, tem orientado com fundamento no art. 11 do Decreto federal nº 6944/09 (atualmente art. 28 do Decreto federal nº 9739/19) e na Lei nº 6166/18, vem considerando regular a flexibilização da cláusula de barreira, a exemplo dos Processos nºs 36610/18 (Decisão nº 1957/20), 3496/18 (Decisão nº 844/18), 16800/19 (Decisão nº 3720/19), 26484/15 (Decisão nº 1044/20) e 33846/17 (Decisão nº 6081/17), a despeito de não poder autorizar previamente a prática de qualquer ato relacionado com o desdobramento de certame público em questão.

A luz do entendimento da Corte de Contas, no que tange o caso concreto, observo que o Decreto Federal n. 6.944/2009 não consta no Preâmbulo como norma que rege o Certame, tendo sido incluído apenas referência a seu art. 14 no item 17.5 que trata da avaliação psicológica; em Decisões anteriores, o e. TCDF exigiu a inclusão expressa do art. 11 do referido Decreto no Edital do Concurso (Decisões TCDF n.ºs 844/2018 e 2078/2018).

Além disso, ressalto que, diferente da Corte de Contas, repito que esta Procuradoria-Geral entende que a Lei n. 6.166/2018 (e demais atos normativos de teor idêntico ou semelhante) somente se aplica se não houver cláusula de barreira no Edital, ou seja, seu âmbito de incidência não alcança concursos que contenham cláusula editalícia que atribui o status eliminado aos candidatos que não lograram determinada posição.

Por fim, saliento que cabe ao gestor público, à luz dos subsídios jurídicos fornecidos, analisar a situação dos candidatos do concurso público regulado pelo Edital nº 01/2016 - PCDF e proferir decisão norteadada, sobretudo, pela necessidade de observância do ordenamento jurídico e de atendimento ao interesse público.' (sublinhou-se)

27. Por último, o Procurador-Geral Adjunto do Consultivo acolhe os posicionamentos e defende a comunicação 'à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

se tratar de matéria relevante no âmbito da legislação e gestão de pessoal, sendo pertinente o conhecimento desta manifestação por aquela unidade’.”
(Grifos originais e acrescidos).

3. Após analisar a documentação em tela, esta Corte deliberou, por intermédio da Decisão nº 3.369/2022 (peça nº 13), conforme a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **conhecer do documento intitulado ‘Reclamação’** (e-DOC B04109ABc, peça 4) **como representação**, por cumprir os requisitos exigidos pelo art. 230, §§ 1º e 2º, do RI/TCDF; II – **orientar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF de que esta Corte de Contas entende razoável a adoção de atos administrativos que formalizem a convocação de todos os candidatos aprovados em 1ª Fase para a realização de um novo curso de formação, devendo ser produzido resultado final específico relativo ao referido curso, resultado esse que não poderá interferir ou se comunicar com o do concurso já homologado (excetuando-se as situações alcançadas por decisões judiciais específicas), observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária para tal consolidação, além do disposto no art. 37, inciso IV, da Constituição Federal; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal as providências adotadas em relação ao novel Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016, tendo em vista as controvérsias já suscitadas no caso concreto; IV – esclarecer ao signatário da representação que a competência final para deliberar sobre concurso público no âmbito administrativo pertence a esta Corte de Contas e não à Procuradoria-Geral do distrito Federal - PGDF. Tal atribuição, não é demais destacar, advém do próprio texto constitucional e, por paralelismo, da Lei Orgânica do Distrito Federal; V – autorizar: a) o envio da Informação nº 110/2022 - DIFIPE3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, bem como à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para adoção das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 152, VI, do RI/TCDF.”***

4. Em seguida, o Delegado-Geral da PCDF comunicou ao Tribunal, em apertada síntese, por intermédio do Ofício nº 959/2022-PCDF/DGPC/AS (peça nº 16), o seguinte:

*“Em atendimento à Decisão nº 3369/2022 dessa Egrégia Corte de Contas, informamos a V. Ex.^a que, em razão da Recomendação nº 06/2022-PRODET, a **Delegacia-Geral da Polícia Civil se absterá de adotar providências em relação a um novo curso de formação referente ao concurso público de Perito Criminal regido pelo Edital 1/2016**”.* (Grifos acrescidos).

5. A esse respeito, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT enviou ao TCDF o Ofício nº 2.273/2022/PGJ/MPDT (peça nº 30), por meio do qual se limita a encaminhar cópia da Recomendação nº 6/2022 da PRODEP citada no expediente da PCDF.

6. Apesar disso, esta Corte de Contas considerou **não prosperarem** os argumentos apresentados pela jurisdicionada para o **não cumprimento** da Decisão nº 3.369/2022, razão pela qual exarou a **Decisão nº 5.152/2022** (peça nº 33), **reiterando** os termos da deliberação anterior ante o seu descumprimento no prazo assinalado de **5 dias**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

7. Após obter ciência do teor da novel decisão, a PCDF enviou a este Tribunal o Ofício nº 1.276/2022-PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças nºs 39/48), no qual, em breve resumo, informa ter cumprido “*rigorosamente*” os termos da deliberação anterior desta Corte mediante diversas providências adotadas no âmbito daquele órgão “*no sentido de viabilizar um novo Curso de Formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital nº 01/2016*”; no entanto, aduziu que, em razão de **indisponibilidade orçamentária**, ainda não era possível a efetivação do curso em comento.

8. Ao apreciar o teor da documentação em referência, o Tribunal lavrou a Decisão nº 1.585/2023 (peça nº 55) nos seguintes exatos termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
I – conhecer do Ofício n.º 1276/2022 - PCDF/DGPC/ASS (e-DOC F31AD81C-c, peça 39 e anexos), encaminhado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;
II – considerar parcialmente cumpridas as Decisões n.ºs 3.369/2022 (eDOC 1D2D0D2B-e, peça 13) e 5.152/2022 (e-DOC 2B49993A-e, peça 33);
III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste esclarecimentos adicionais sobre:
a) o interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação;
b) a disponibilidade orçamentária para a realização do novo curso de formação em 2023 e acerca da validade do concurso;
IV – autorizar:
a) o envio desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, destinatária da deliberação exarada, e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, signatária da exordial;
b) o retorno dos autos à Sefipec/TCDF, para adoção das providências de praxe. O Senhor Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.” (Grifos acrescidos).

9. Em atendimento à demanda plenária supra, a PCDF encaminhou a esta Corte o Ofício nº 490/2023-PCDF/DGPC/ASS (peça nº 60) e anexos (peças nºs 61/74), os quais foram analisados pela Instrução em sua Informação nº 86/2023-DIFIPE3 (peça nº 83), que concluiu seu exame pelo devido **cumprimento** das determinações contidas na Decisão nº 1.585/2023, especialmente por entender que “*a PCDF não teria como realizar o curso de formação, em razão da insuficiência de recursos orçamentários, conforme evidenciado pela documentação encaminhada*”.

10. Por conseguinte, entende a Instrução que o andamento da Ação Civil Pública nº 0719066-30.2022.8.07.0018 não possui o condão de alterar a conclusão quanto ao cumprimento das diligências em tela.

11. Ao final, sugeriu ao Plenário:

“I. tomar conhecimento:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

a) do Ofício nº 490/2023 - PCDF/DGPC/ASS (peça 60) e anexos (peças 61/74), encaminhado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em atendimento à Decisão nº 1585/2023;

b) do Ofício nº 178/2023 - PGDF/GAB (peça 77) e anexos (peças 78/80), encaminhado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que encaminhou contestação apresentada pela PGDF na referida ACP;

c) da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0719066-30.2022.8.07.0018, que declarou nulas as decisões do TCDF nºs 4792/2021, 165/2022, 3369/2022 e 5152/2022;

II. considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 1585/2023;

III. autorizar:

a) o envio da decisão que vier a ser proferida à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF e à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, para ciência;

*b) o retorno dos autos à SEFIPE para fins de **arquivamento**.*” (Grifos acrescidos).

12. Os termos da Informação nº 86/2023-DIFIPE3 (peça nº 83) foram acolhidos pelo Diretor da Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal e pelo Secretário de Fiscalização de Pessoal, conforme Despacho nº 112/2023-DIFIPE3 (peça nº 84).

13. Posteriormente, em cumprimento ao Despacho Singular nº 347/2023 – GCIM (peça nº 85), os autos foram endereçados a este Órgão Ministerial “*para pronunciamento, tendo em conta a natureza da matéria*”.

14. **É o que basta relatar. Passa-se à análise do presente feito.**

15. Prefacialmente, o MPC/DF destaca que possui entendimento **convergente** com o albergado pelo Corpo Técnico, mormente por entender que os esclarecimentos adicionais demandados pela Corte, em sua Decisão nº 1.585/2023 (peça nº 55), foram prestados pela PCDF, consoante será explicitado mais adiante neste Opinativo.

16. Sem embargo, por entender que o Corpo Técnico bem resumiu o teor do novo expediente encaminhado pela PCDF, além de considerar relevante para o debate a análise empreendida na Informação nº 86/2023-DIFIPE3 (peça nº 83), transcrevo abaixo os seus principais excertos, seguidos da correspondente manifestação deste Órgão Ministerial:

“Manifestação da jurisdiçãoada

7. Em atendimento à Decisão nº 1585/2023, a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF manifestou-se por meio do Ofício nº 490/2023 – PCDF/DGPC/ASS (peça 60) e anexos (peças 61/74), cujos esclarecimentos destacaremos a seguir.

*8. Sobre o questionamento do **item III, ‘a’**, sobre o **interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação**, a Corporação:*

- *reafirmou o seu posicionamento de que **há interesse no provimento dos cargos vagos de Perito Criminal, dada a carência de pessoal**;*
- *argumentou que a maneira mais célere para o provimento dos cargos é a realização de um novo curso de formação, tanto que **publicou a Ordem de Serviço nº 03**, de 07 de março de 2022;*
- *informou que, após instrução preambular executada pela Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, Departamento de Polícia Técnica – DPT e Departamento de Administração Geral – DAG, o*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

processo SEI-DF nº 00052- 00005811/2022-88 foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal em observância à exigência prevista na Lei Federal nº 8.112/1990.

9. No entanto, afirma novamente que a PCDF se viu impedida de dar prosseguimento na contratação de empresa que iria realizar o curso de formação em decorrência da inviabilidade jurídica apontada pela PGDF, bem como pela Recomendação do MPDFT. Adicionalmente, cita como impeditivo o posterior ajuizamento de Ação Civil Pública – ACP que pretenderia declarar a nulidade das decisões do TCDF, que permitem a flexibilização da cláusula de barreira do referido concurso.

10. No que diz respeito ao questionamento do item III, 'b' da Decisão nº 1585/2023, sobre a disponibilidade orçamentária para realizar um novo curso de formação do Concurso Público disciplinado pelo Edital n.º 01/2016, a PCDF afirmou que o DAG juntou aos autos:

- proposta da PLOA do exercício de 2023 da Polícia Civil (peça 70);
- planilha de impacto financeiro dos cursos de formação dos concursos de escrivão e Agente de Polícia (peça 72);
- quadro comparativo de preços;
- Informação Técnica nº 2/2023 - PCDF/DGPC/DAG/DOF (peça 74) esclarecendo que **não houve dotações orçamentárias suficientes para fazer frente às despesas de um novo curso de formação do concurso de Perito Criminal regido pelo Edital nº 01/2016, conforme se segue:**

*'(...) Portanto, sem considerar a existência de despesas extraordinárias no período de referência acima, como por exemplo o pagamento de bolsa auxílio para candidatos em curso de formação, cujo montante é sempre expressivo, a PCDF necessitaria de aproximadamente **R\$ 135.290.831,00** (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e trinta e um reais) para fazer face às suas despesas ordinárias de custeio em 2023, não obstante foi contemplada com apenas **R\$ 115.333.204,00** (cento e quinze milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e quatro reais), contexto em que, **se não houver suplementação no citado Programa de Trabalho, as atividades finalísticas da PCDF poderão restar prejudicadas.***

*Assim, os recursos atualmente disponibilizados no Programa de Trabalho 28.845.0903.00NR.0053 – Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal – Fonte 0100 - GND 3 **não contemplam a realização do curso de formação relativo ao concurso de Perito Criminal, sendo necessário a devida suplementação.** Cabe destacar que por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023 a PCDF solicitou a dotação orçamentária para cobertura de tais despesas, porém a PCDF não foi atendida. (...)'* (destaques nossos).

11. A PCDF informou ainda que, quanto ao último questionamento, sobre a validade do concurso, a ESPC informou que **'o prazo de validade do certame em referência se expira em 3 de julho de 2023'** (peça 68). Encaminhou ainda o Edital nº 78, de 26 de maio de 2022, publicado na pág. 80 do no DODF nº 99, de 27.05.2022 (peça 67), que trata da mencionada prorrogação.

Análise

Item III, 'a' da Decisão nº 1585/2023

12. Pelo item III, 'a' da Decisão nº 1585/2023, a Corte determinou à Polícia Civil do Distrito Federal que prestasse esclarecimentos adicionais sobre **'o interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação'**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

13. No mencionado Ofício nº 490/2023 – PCDF/DGPC/ASS (peça 60), a PCDF reafirmou que **há interesse no provimento dos cargos vagos de Perito Criminal, mas que se viu impedida de dar prosseguimento na contratação da empresa para realização do curso de formação em decorrência do Parecer Jurídico nº 284/2022-PGDF/PGCONS/CHEFIA, da PGDF (peça 1) e da Recomendação nº 06/2022-PRODEP, do MPDFT (peça 17).**

14. Não obstante, a Corporação afirmou que **tomou providência no sentido do provimento dos cargos, por meio da publicação da Ordem de Serviço nº 03 (págs. 52/53 do DODF de 07.03.2022). Porém, essa norma não trata do assunto em exame. Além disso, não encaminhou peças do processo SEI-DF nº 00052-00005811/2022- 88, que a Corporação diz ter encaminhado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em observância à exigência prevista na Lei Federal nº 8.112/1990.**

15. Apesar disso, **pode-se considerar cumprida a diligência constante do item III, ‘a’ da Decisão nº 1585/2023, pela manifestação clara de que havia intenção da Corporação em realizar nova turma do curso de formação.**

Item III, ‘b’ da Decisão nº 1585/2023

16. Por meio do item III, ‘b’ da Decisão nº 1585/2023, o Tribunal determinou à Polícia Civil do Distrito Federal que prestasse esclarecimentos adicionais sobre ‘a disponibilidade orçamentária para a realização do novo curso de formação em 2023 e acerca da validade do concurso’.

17. A PCDF apresentou proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA (peça 70), planilha de impacto financeiro dos cursos de formação dos concursos de escrivão e Agente de Polícia (peça 72), Quadro de Detalhamento de Despesa de abril de 2023 (peça 73) e a Informação Técnica nº 2/2023 – PCDF/DGPC/DAG/DOF (peça 74), a fim de evidenciar a **ausência de recursos orçamentários para fazer frente às despesas previstas para o novo curso de formação em 2023.**

18. Na mencionada Informação Técnica, a PCDF reafirma os mesmos valores já citados na manifestação anterior, de que seriam necessários **R\$ 3.318.858,45** para realizar o novo curso de formação, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1

Despesa	Valor (R\$)
3390.48 - bolsa auxílio aos candidatos excedentes do concurso de Perito Criminal	2.137.652,83
Subtotal	2.137.652,83
33.90.39 - outros serviços de terceiros - PJ (contratação da banca examinadora para realização do curso de formação do concurso de Perito Criminal	1.107.398,12
33.90.30 - materiais de consumo	73.807,50
Total geral	3.318.858,45

19. Evidencia na sequência os montantes executados no Programa de Trabalho 28.845.0903.00NR.0053 – Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal – Fonte 0100 - GND 03, para o custeio geral da Polícia Civil nos últimos três exercícios financeiros:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Quadro 2

2020		2021		2022	
Executado (R\$)	Atualizado (IPCA)	Executado (R\$)	Atualizado (IPCA)	Executado (R\$)	Atualizado (IPCA)
111.166.388,00	135.275.442,00	123.100.000,00	143.322.757,00	120.314.405,00	127.274.295,00
Média execução dos três últimos orçamentos atualizados pelo IPCA (janeiro ano de referência a 12/2022)					135.290.831,00
Necessidade de suplementação para as despesas ordinárias atuais (R\$ 135.290.831,00 - R\$ 115.333.204,00)					19.957.627,00

20. Assim, afirma que a PCDF necessitaria de aproximadamente **R\$ 135.290.831,00** para fazer face às suas despesas ordinárias de custeio em 2023, inclusive as despesas com o pagamento de bolsa auxílio para candidatos em curso de formação, não obstante foi contemplada com apenas **R\$ 115.333.204,00** (cento e quinze milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e quatro reais), contexto em que, **se não houver suplementação no citado Programa de Trabalho, as atividades finalísticas da PCDF poderão restar prejudicadas**. Desta forma, argumenta que **os recursos orçamentários atuais não contemplam a realização do curso de formação relativo ao concurso de Perito Criminal**.

21. Afirma ainda que, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023, **a PCDF solicitou a dotação orçamentária para cobertura de tais despesas, porém não foi atendida**.

22. Informa ainda a Corporação que **'...está em processo de negociação para recomposição salarial, com impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro de 2023 da ordem de R\$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais), havendo ainda previsão de nomeação dos aprovados nos concursos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia dentro do número de vagas previstas em Edital (600 Agentes de Polícia e 300 escrivães de Polícia), no segundo semestre do presente exercício, com impacto orçamentário e financeiro estimado em R\$ 79.000.761,00 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um reais), contexto em que as dotações da programação orçamentária de pessoal da PCDF também deverão ser parcialmente suplementadas para integral atendimento de tais necessidades'**.

23. Entende-se, a partir das informações encaminhadas, que **a PCDF não dispõe de recursos orçamentários suficiente para a realização do novo curso de formação em 2023**.

24. Quanto à última questão, o prazo de validade do concurso, **a PCDF informou que expira em 03.07.2023, conforme atestado pelo Manifesto nº 9254/2023 – PCDF (peça 68) e encaminhou o Edital nº 78, de 26 de maio de 2022, publicado na pág. 80 do DODF de 27.05.2022 (peça 67), que trata da mencionada prorrogação**.

25. Entende-se, diante das informações prestadas, que se possa **considerar cumprida a diligência constante do item III, 'b' da Decisão nº 1585/2023, pelo fato de a jurisdicionada ter informado não haver dotações orçamentárias suficientes, para fazer frente às despesas com o novo curso de formação, e ter informado o prazo de validade do certame**.

Contestação à Ação Civil Pública nº 0719066-30.2022.8.07.0018

26. Cabe destacar que o Presidente do Tribunal, por meio do Despacho nº 0460/2023 – Presidência (peça 76) deu conhecimento à Consultoria Jurídica sobre o Ofício nº 178/2023 - PGDF/GAB (peça 77), que trata de **Contestação apresentada pela PGDF na ACP nº 0719066-30.2022.8.07.0018, em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**.

27. Na mencionada contestação (peça 80), apresentada em 03.03.2023, a PGDF relembra que a ACP, proposta pelo MPDFT, **tem por escopo a desconstituição das**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Decisões nºs 4792/2021 e 165/2022 (proferidas no Processo nº 00600-00010814/2021-17-e) e 3369/2022 e 5152/2022 (destes autos). Tais atos decisórios orientaram a PCDF sobre o entendimento do Tribunal acerca da possibilidade de flexibilização da cláusula de barreira prevista nos subitens 20.3 e 20.4 do Edital nº 1- PCDF, de 08.03.2016, relativo ao concurso público para o provimento de cargo de Perito Criminal. Pede ainda a condenação do Distrito Federal em obrigação de não fazer, consistente em se abster de flexibilizar a cláusula de barreira inscrita nos dispositivos dos editais citados.

28. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, verificamos que os andamentos mais recentes da referida ACP são os seguintes:

Movimento	Documento
01/06/2023 09:51:17 - Expedição de Outros documentos.	01/06/2023 09:51:16 - Certidão (Certidão)
01/06/2023 09:50:39 - Juntada de certidão	01/06/2023 09:49:39 - Certidão (Certidão)
31/05/2023 15:45:55 - Juntada de Petição de apelação	
26/05/2023 19:40:09 - Juntada de Petição de petição	
28/04/2023 17:28:56 - Juntada de Petição de manifestação do mpdf	
28/04/2023 17:26:36 - Juntada de Petição de manifestação do mpdf	
27/04/2023 15:04:44 - Expedição de Outros documentos.	27/04/2023 15:04:41 - Sentença (Sentença)

29. A sentença foi proferida nos seguintes termos:

*‘Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a nulidade das decisões 4792/2021, 165/2022, 3369/2022 e 5152/2022 do TCDF, na parte em que orientam e/ou determinam que a PCDF flexibilize a cláusula de barreira prevista no Edital n. 1-PCDF, de 8/3/2016, do concurso para Perito Criminal; e b) condenar o DISTRITO FEDERAL a se abster de flexibilizar a cláusula de barreira já referida.***

*Em face do exposto anteriormente, **DEFIRO a tutela de urgência requerida em ID 154683827 para que o DISTRITO FEDERAL, de imediato, se abstenha de convocar candidatos eliminados no concurso já referido, mediante flexibilização da cláusula de barreira.***

A respeito do pedido da OAB/DF para intervir no caso como amicus curiae, intinem-se as partes para que se manifestem a respeito, no prazo de QUINZE DIAS.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo’.

30. Portanto, o TJDFT declarou nulas as Decisões nºs 4792/2021, 165/2022 (Processo nº 10814/21) e 3369/2022 e 5152/2022 (destes autos), na parte em que orientam que a PCDF poderia flexibilizar a cláusula de barreira. Além disso, deferiu tutela de urgência para que o Distrito Federal se abstenha de convocar candidatos eliminados no concurso.

31. *Embora a mencionada Ação Civil Pública nº 0719066-30.2022.8.07.0018 não tenha ainda transitado em julgado, no entender desta Unidade Técnica, ainda que as deliberações do TCDF estivessem válidas, a PCDF não teria como realizar o curso de formação, em razão da insuficiência de recursos orçamentários, conforme evidenciado pela documentação encaminhada, razão pela qual o andamento da referida ACP não altera o entendimento de que as diligências foram cumpridas. Assim, sugere-se que o Tribunal autorize o arquivamento dos presentes autos.” (Grifos originais e acrescidos).*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

17. No presente giro processual, analisa-se, precipuamente, o atendimento pela PCDF às determinações contidas nos itens III.a e III.b da Decisão nº 1.585/2023, cujo texto convém repisar abaixo:

“(…)
III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste esclarecimentos adicionais sobre:
a) o interesse da Administração em proceder a um novo curso de formação;
b) a disponibilidade orçamentária para a realização do novo curso de formação em 2023 e acerca da validade do concurso;(…)”

18. Neste ponto, importa destacar que a Decisão nº 1.585/2023 foi publicada no DODF em **3/5/2023**, tendo a PCDF encaminhado seus esclarecimentos mediante o Ofício nº 490/2023-PCDF/DGPC/ASS (peça nº 60), de **9/5/2023**, motivo pelo qual o prazo estabelecido no **Decisum** em comento pode ser considerado **cumprido**.

19. Quanto ao **item III.a**, verifico que aquela Corporação **reforçou** em seu novel expediente o **interesse em prover novo curso de formação para o cargo de Perito Criminal**, máxime diante da **reconhecida necessidade de recomposição do seu quadro de Peritos Criminais**, consoante anterior manifestação anterior do seu Departamento de Polícia Técnica (peça nº 39) no sentido de que referido quadro se mostra “**insuficiente para atender a atual demanda de exames periciais experimentada pelo Departamento de Polícia Técnica da PCDF**”, sendo “**a nomeação de candidatos vinculados ao concurso público regido pelo Edital nº 01/2016 (...) fundamental à manutenção e, sobretudo, à evolução dos procedimentos e atendimentos periciais prestados**”.

20. Com efeito, **ratifica** (peça nº 60) a informação de que não houve prosseguimento na contratação de sociedade empresária para promover o referido curso de formação em razão do quanto disposto no Parecer Jurídico nº 284/2022- PGDF/PGCONS/CHEFIA, da d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e da Recomendação nº 6/2022- PRODEP do d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, os quais afastam a possibilidade de relativização da cláusula de barreira.

21. Ainda, **reitera** que adotou diversas medidas, no bojo do Processo SEI-GDF nº 00052-00005811/2022-88, que visavam à realização de novo Curso de Formação de candidatos aprovados na primeira etapa do certame e considerados eliminados em razão da cláusula de barreira, a exemplo da Ordem de Serviço nº 3, de 7/3/2022, que teria sido encaminhada a diversos órgãos internos com o desiderato de verificar a existência das condições necessárias para sua efetivação.

22. Nada obstante, considerando os estritos termos da determinação plenária **sub examine, entendendo, em convergência** com a Instrução, que a Corte pode considerar o **item III.a integralmente atendido**.

23. No que tange ao item **III.b**, identifico que, com o desiderato de demonstrar a ausência de disponibilidade orçamentária para a realização de novo curso de formação no ano



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

corrente, a PCDF reiterou o valor do custo total para tanto (apresentado em sua manifestação no momento processual antecedente), que perfaria o montante de **R\$ 3.318.858,45**.

24. Na sequência, demonstra o custeio geral daquela Corporação para os últimos três exercícios financeiros (vide tabela da Informação nº 86/2023-DIFIPE3) com o fim de demonstrar que há a necessidade atual de cerca de **R\$ 135.290.831,00** somente para que possa fazer jus às despesas ordinárias de custeio relativas ao ano de 2023; em contrapartida, a PCDF foi contemplada com tão **somente R\$ 115.333.204,00**, cenário que não só **impossibilita a realização de novo curso de formação** na forma questionada, como também possui o potencial de **prejudicar a própria realização das atividades finalísticas** por ela desenvolvidas, caso não haja suplementação do Programa de Trabalho destinado à sua manutenção, segundo afirma.

25. Outrossim, registra que a PCDF solicitou dotação orçamentária para fazer frente a tais despesas quando da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2023; porém, como já citado, **não foi atendida** em seu pleito. Neste ponto, registre-se que, em cumprimento à determinação plenária em comento, a jurisdicionada informou que a validade do certame em apreço expira em **3/7/2023**.

26. Por fim, noticia que se encontra em “*processo de negociação para recomposição salarial*”, além de indicar que há previsão de nomeação dos aprovados nos concursos para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia no segundo semestre deste ano, o que importa no impacto financeiro da ordem de **R\$ 321.000.000,00** e **R\$ 79.000.761,00**, respectivamente, demandando, por consequência, a **suplementação parcial** das dotações da programação orçamentária de pessoal.

27. Sobre a matéria, cumpre rememorar que, para a realização do novo curso de formação em tela, a PCDF é dependente da dotação orçamentária, consoante preconiza o **princípio da especificidade orçamentária**, segundo o qual as despesas devem estar discriminadas na Lei Orçamentária Anual – LOA com a devida demonstração da origem e aplicação dos recursos disponibilizados, conforme já consignado por esta Corte **in fine** no item II da Decisão nº 3.369/2022.

28. Nesse contexto, considerando a razoável dificuldade apresentada no remanejamento de recursos financeiros destinados à realização do curso de formação, mormente face às demandas já existentes (dependentes de suplementação de recursos e com significativo impacto orçamentário e financeiro) e o prazo final de validade do concurso público, entendo que a PCDF logrou prestar as informações demandadas por esta Corte, motivo pelo qual se sugere considerar também **atendido o item III.b** da Decisão nº 1.585/2023.

29. Convém salientar que o tema também é objeto da Ação Civil Pública (ACP) nº 0700219-43.2023.8.07.0018, promovida pelo **Parquet** comum perante o e. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**, em desfavor do Distrito Federal e do TCDF, visando obter concessão de tutela de urgência para **suspender** os efeitos das Decisões nº 3.822/2022 e 4.903/2022 e da Decisão Liminar nº 5/2023 – P/AT, todas proferidas por esta Corte de Contas em feitos distintos do que ora se examina.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

30. Assim, conforme bem pontuado pela Instrução, o **Exmo. Presidente** deste Tribunal deu ciência, mediante o Despacho nº 460/2023-PRESIDÊNCIA (peça nº 76), à Consultoria Jurídica desta Corte acerca do teor do Ofício nº 178/2023-PGDF/GAB (peça nº 77) para que este fosse devidamente analisado.

31. O expediente em referência trata de contestação apresentada pela PGDF, em 3/3/2023, no bojo da ACP nº 0700219-43.2023.8.07.0018, no qual o citado Órgão Consultivo pleiteia, além da desconstituição de outras decisões¹ desta Corte, a **condenação do Distrito Federal em obrigação de não fazer**, que consiste na **abstenção em flexibilizar a cláusula de barreira** prevista nos subitens 20.3 e 20.4 do multicitado Edital nº 1/2016-PCDF.

32. Naqueles autos judiciais, houve a prolação de sentença pela e. 7ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, cujo dispositivo assim concluiu:

*“Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a nulidade das decisões 4792/2021, 165/2022, 3369/2022 e 5152/2022 do TCDF, na parte em que orientam e/ou determinam que a PCDF flexibilize a cláusula de barreira prevista no Edital n. 1-PCDF, de 8/3/2016, do concurso para Perito Criminal; e b) condenar o DISTRITO FEDERAL a se abster de flexibilizar a cláusula de barreira já referida.***
*Em face do exposto anteriormente, **DEFIRO a tutela de urgência requerida em ID 154683827 para que o DISTRITO FEDERAL, de imediato, se abstenha de convocar candidatos eliminados no concurso já referido, mediante flexibilização da cláusula de barreira.***

A respeito do pedido da OAB/DF para intervir no caso como amicus curiae, intimem-se as partes para que se manifestem a respeito, no prazo de QUINZE DIAS.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo.”


(Grifos acrescidos).

33. Em consulta ao sítio eletrônico do c. TJDF, verifica-se que a sentença supra ainda não transitou em julgado. Apesar disso, **coaduno** com o entendimento esposado pela Área Técnica no sentido de que a referida deliberação judicial não possui o condão de alterar a **impossibilidade circunstancial da PCDF em promover novo curso de formação relativo ao concurso de Perito Criminal em 2023**, ainda que se mantivessem íntegros os efeitos das decisões desta Corte acoimadas naqueles autos judiciais.

34. **Ex positis**, o MPC/DF **converge** com a análise empreendida pela Instrução e, nesse sentido, propõe ao Plenário que **acate** as sugestões contidas na Informação nº 86/2023-DIFIPE3 (peça nº 83), no sentido de considerar **cumpridas** as determinações contidas na Decisão nº 1.585/2023 e, por conseguinte, autorizar o **arquivamento** do presente feito.

É o Parecer.

Brasília, 12 de julho de 2023.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador

¹ Decisões nºs 4.792/2021 e 165/2022, proferidas no Processo nº 00600-00010814/2021-17-e, e Decisões nºs 3.369/2022 e 5.152/2022, ambas constantes nos presentes autos.